

018

DEMOCRACIA E DIREITOS: DESAFIOS DA E PARA A AÇÃO PÚBLICA

SESSÕES TEMÁTICAS



A FORMAÇÃO DO BRASIL A PARTIR DA OBRA O COLONO PRETO COMO FATOR DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Leandro Alves Barbosa (UFC)
Juliana Araújo Peixoto (UFC)

Resumo: Manuel Querino publicou, no ano de 1918, a obra *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Nela, Querino propõe uma perspectiva afroreferenciada para entendermos o nosso processo colonizador. Visão que se contrapõe a alguns cânones da sociologia e da historiografia brasileira, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, dentre outros, que consideraram as bases da formação econômica e cultural do Brasil a partir da tônica do colonizador português e propagaram um juízo equivocado sobre africanos e afrodescendentes, encarados, em suas obras, apenas como mão de obra bruta, força braçal, elemento passivo e de reprodução sexual. Tendo como base os estudos de Jacob Gorender (1983), Henrique Cunha Jr. (2013), Jesse Souza (2019) e dos chamados estudos decoloniais, que colocaram os saberes sujeitados na ordem do dia, buscamos apresentar uma genealogia alternativa a formação social, econômica e cultural do Brasil, através da obra de Querino.

Palavras-chaves: Manuel Querino. Modernidade/Colonialidade. Decolonialidade. Perspectiva Negra.

INTRODUÇÃO

Para um país que se arroga de sua pluriétnicidade, o grosso do nosso pensamento social sempre subestimou ou menosprezou a força de sua herança africana - o que é um escândalo visto que temos a maior população de afrodescendentes fora da África e fomos a nação que mais recebeu africanos escravizados entre 1500 e 1850¹. Com raríssimas exceções, como Florestan Fernandes, Roger Bastide, da chamada escola sociológica paulista, Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Jacob Gorender, dentre outros e outras, as nossas mais conhecidas explicações sobre a formação da sociedade brasileira, contempladas nas figuras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, nunca levaram realmente a sério essa herança.

¹ Cerca de 4,8 milhões de africanos – quase metade de todo o comércio escravista avaliado em 10 milhões de pessoas – foram trazidos para o Brasil pelo tráfico transatlântico entre 1500 e 1850 (data da promulgação da Lei Euzébio de Queiroz que extinguiu oficialmente o tráfico de escravos para o território brasileiro). Estima-se que dos 4, 8 milhões de africanos vítimas do escravismo criminoso, 999, 666 mil vieram das áreas formadas pela baía de Benin e pelo golfo do Biafra, 3, 656 milhões desembarcaram em nossos portos vindo da região do Centro-Oeste africano, especialmente do Congo e de Angola, e 188, 400 mil foram trazidos da Senegâmbia e do golfo de Guiné. Sem mencionar os números dos africanos escravizados da África oriental, como os moçambicanos que passaram a ser comercializados para o Brasil no século XIX.

Basta notarmos o culturalismo racista de Gilberto Freyre, como aponta Jessé Souza², que remonta, no modelo sadomasoquista de *Casa-Grande Senzala*, um romance “pômo-tropical”³ português de uma elite que denega, no sentido que Lélia Gonzalez atribui a esse termo⁴, as raízes escravocratas do Brasil em prol de uma pseudodemocracia racial que tem por base uma fabulação mestiça. Como aponta o professor Kabengele Munanga

(...) a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas idéias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas idéias. A noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia (MUNANGA, 1999, p. 18).

Essa tradição culturalista, iniciada por Freyre, é continuada e piorada por Sérgio Buarque, que além da imagem amenizada da colonização⁵ e do português apenas como desleixado, desorganizado, de espírito aventureiro, com mania de fidalgo e preguiçoso - nada da violência, do roubo de um território, do genocídio e epistemicídio para com as populações ameríndias e africanas, das torturas no regime escravagista, na *plantation*, dos estupros etc. -, nos legou a ideia de patrimonialismo, certa herança patriarcal e personalista advinda de Portugal, desde o século XIII⁶, que funda as relações sociais no Brasil e nos impede de sermos uma nação plenamente “moderna”. Como escreve:

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, 83).

Não que o problema do Brasil não seja a concentração de nossas riquezas nas mãos de poucas famílias, a nossa mais genuína herança escravocrata junto com o racismo anti-negro e o ódio contra pobre, mas culpabilizar apenas a corrupção do Estado e desviar o foco do verdadeiro saque praticado pelo sistema financeiro, através do mecanismo da dívida pública, e tributário, regressivo apenas para as elites, é no mínimo ridículo, assim como nossa grande imprensa.

Voltando, em Caio Prado, influenciado pelo materialismo histórico dialético, o africano escravizado passa a ser encarado como um “capital fixo”, uma máquina ou outro bem de capital, como mostra Jacob Gorender no artigo *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*⁷.

Interessante notar que antes desses autores canônicos do pensamento social brasileiro lançarem suas obras mais famosas - *Casa-Grande Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) - falando sobre a preponderância de certa herança cultural portuguesa para explicação de nossa estrutura social, Manuel Querino publicou, em 1918, a obra *O colono preto como fator da civilização brasileira*, onde afirma que a colonização brasileira só foi possível por conta do colono africano. Algo que é reiterado, de maneira indireta, por Jessé Souza, quando afirma a centralidade do escravismo criminoso para entendermos o Brasil e suas relações socioeconômicas, ao invés de buscarmos isso em uma falsa herança lusitana, como fazem Freyre e Buarque. Conforme Souza, “no Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2019, p. 42).

O objetivo desse artigo é discutir o papel do colono africano na formação sociocultural e econômica do Brasil através da obra de Manuel Querino. O estudo tem por base o pensamento decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade, do professor e historiador afrodescendente Henrique Cunha Jr. e do sociólogo Jacob Gorender. Na primeira parte do artigo, trabalharemos o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade. Na segunda parte, iremos expor a relação entre decolonialidade e perspectiva negra. Por fim, apresentaremos a obra de Manuel Querino e a sua atualidade para o pensamento social brasileiro.

² (SOUZA, 2019, pp. 18/19).

³ (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 39).

⁴ *Denegação* (*Verneinung*) é uma categoria freudiana que se expressa como um processo de defesa do ego contra o desejo inconsciente, é um não reconhecimento desse desejo, dessa produção. Gonzalez entende o racismo à brasileira como sendo um mecanismo de denegação. “o racismo ‘à brasileira’ se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira)” (GONZALEZ, 1988, p. 69)

⁵ “Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais” (HOLANDA, 1994, p. 52)

⁶ “O patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origem seculares” (HOLANDA, 1995, p. 79).

⁷ (GORENDER, 1983, p. 15).

O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE

As origens do Grupo Modernidade/Colonialidade remontam os anos 90. Em 1992, intelectuais latino-americanos e americanistas, que viviam nos EUA, fundam o Grupo Latino Americano dos Estudos Subalternos, inspirados no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, dirigido por Ranajit Guha.

O dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o processo de redemocratização, o fim do comunismo e dos projetos revolucionários, os efeitos dos meios de comunicação de massa e a nova ordem mundial que se impõe, faz com que se repense o papel do subalterno nessa reconfiguração da geopolítica global⁸. O manifesto inaugural do grupo vem nesse sentido. Publicado originalmente na revista *Boundary 2*, em inglês, no ano de 1993, é republicado em espanhol como “Manifesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos”, no ano de 1998. O colonialismo ou a herança colonial passa a ser o tema central no debate sobre a América Latina. Desde o início, a heterogeneidade marca o Grupo Latinoamericano dos Estudos

Subalternos. Alguns autores como Walter Dignolo buscam uma orientação teórica própria para os estudos subalternos latino americanos, para ele não basta copiar os modelos teóricos de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e aplicá-los aqui. Segundo Ramón Grosfoguel, a incapacidade do Grupo Latinoamericano dos Estudos Subalternos em romper com o modelo teórico “dos estudos regionais estadunidenses e dos estudos subalternos indianos” (BALLESTRIN, 2013, p. 96) faz com que integrantes do grupo desenvolvam o Grupo Modernidade/Colonialidade. Como remonta Ballestrin:

O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. A partir deste, foi lançada em 2000 uma das publicações coletivas mais importantes do M/C: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. No mesmo ano de 1998, Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes reuniram em Binghamton, para um congresso internacional, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Nesse congresso foi discutida pelos quatro autores a herança colonial na América Latina, a partir da análise do sistema-mundo de Wallerstein (BALLESTRIN, 2013, p. 97).

Outra razão apontada por Bernardino-Costa e Grosfoguel para a criação do M/C foi o fato de que, apesar da longa história colonial da América Latina e dos efeitos permanentes dela em nossa sociedade, “Homi Bhabha, Edward Said e Gayatri Spivak – os nomes mais expressivos do campo acadêmico pós-colonial – não fazem nenhuma referência à América Latina nos seus estudos” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 16). Esse distanciamento epistêmico dos estudos pós-coloniais em relação a América Latina, faz com que se constitua “na virada do milênio uma rede de investigação de intelectuais latino-americanos em torno da decolonialidade ou, como nomeia Arturo Escobar (2003), em torno de um programa de investigação modernidade/colonialidade” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 16).

Para além dessas demarcações epistemológicas, a identidade do M/C foi formada em torno “de Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo” (BALLESTRIN, 2013, p. 98). Os conceitos-chaves para o Grupo Modernidade/Colonialidade são *colonialidade do poder/saber*, as relações de poder/saber colonial não acabaram com o fim da colonização – “as independências latino-americanas e norte-americanas desde o final do século XVIII, com exceção do Haiti, foram ‘independências coloniais’” (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, pp. 224/225) –, e *sistema-mundo*, a ideia de que a modernidade e o capitalismo são indissociáveis da colonização da América. Por isso do grupo ou investigação se chamar modernidade/colonialidade. Como explicam Bernardino-Costa e Grosfoguel:

Localizar o início do “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” em 1492 tem repercussões significativas para os teóricos da decolonialidade. A mais evidente é o entendimento que a modernidade não foi um projeto gestado no interior da Europa a partir da Reforma, da Ilustração e da Revolução Industrial, às quais o colonialismo se adicionou. Contrariamente a essa interpretação que enxerga a Europa como um contêiner – no qual todas as características e os traços positivos descritos como modernos se encontrariam no interior da própria Europa –, argumenta-se que o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade. Em outras palavras, sem colonialismo não haveria modernidade, conforme fora articulado na obra de Enrique Dussel (1994). A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo (Wallerstein, 1990: 289). Dentro desse novo sistema-mundo, a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça (Wallerstein 1983; 1992: 206-208; Quijano, 2005: 106). Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 18).

⁸ (BALLESTRIN, 2013, p. 94).

Como observamos, o M/C traz a centralidade da discussão sobre a modernidade e os seus eventuais problemas para a América Latina. Identificar o marco do mundo moderno na invasão dos portugueses e espanhóis a esse território, denominado por eles de Novo Mundo, um lugar já habitado por uma população, é significativo para a compreensão do funcionamento desse sistema-mundo e a persistência dessas relações de poder na atualidade.

Relacionando essa questão do colonialismo com a escravidão no Brasil, escreve Moura

(...) os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do *ethos* do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *praxis* social coerente.

Corroborando com Moura, Figueiredo e Grosfoguel comentam: “No Brasil, a “independência sem descolonização” manteve os negros, pardos e indígenas excluídos, explorados, marginalizados, segregados dos espaços de poder social, cultural, econômico, político e educativo” (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p. 225). Essa colonialidade não se restringe ao genocídio colonizador e a sua persistência para com as populações negras e ameríndias nos dias de hoje, mas avança pelos campos do saber através do epistemicídio – a negação do saber, da racionalidade, da humanidade dos povos não europeus – para com os saberes não colonizados.

Nesse sentido, a decolonialidade busca ancoragem nas experiências e nos saberes dos povos subalternizados, se colocando epistêmica, ética e politicamente ao seu lado.

DECOLONIALIDADE E PERSPECTIVA NEGRA

No artigo *Decolonialidade e perspectiva negra* Bernardino-Costa e Grosfoguel fazem uma distinção entre o lugar epistêmico e o lugar social. A distinção é fundamental para percebermos que não basta estarmos socialmente no lugar subalterno para termos uma perspectiva subalterna. “Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19). Nesse sentido,

Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêtricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressados e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19)

Em nossa história colonial, o corpo do homem e da mulher negra foram destituídos de alma, de ação, submetidos a uma economia que os transformaram em mão de obra bruta, em objeto sádico de gozo, reprodução laborativa e sexual. Como vimos na introdução, o pensamento social brasileiro apenas reproduziu esse colonialismo no âmbito intelectual. Fugindo desse tipo de pensamento e de um academicismo universalista e abstrato, o programa de investigação modernidade/colonialidade busca “ir além do provincialismo da epistemologia de homens brancos europeus ou europeizados que produzem a invisibilidade de outras experiências histórico sociais de sujeitos subordinados às codificações de gênero, sexualidade e raça” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 21). No caso,

O que é fundamental no registro e na análise dessas interpretações e práticas políticas e culturais é a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos. Rer autores que foram silenciados pela academia não significa somente se deparar com testemunhos sobre os efeitos da dominação colonial, significa deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos que lutam contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, pp. 20/21).

Assim, pensar a decolonialidade sob a perspectiva negra é pensar “a condição do negro na sociedade brasileira a partir da experiência da diferença colonial. A partir do lugar epistêmico de negro nessa sociedade” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 20). É nessa linha que se insere a obra de Manuel Querino.

O COLONO NEGRO COMO FATOR DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Na obra *O colono negro como fator da civilização brasileira*, Querino começa discorrendo sobre as rotas marítimas abertas por Portugal, os países conquistados por esse (China, Índia, África, Japão) e se interroga porque os portugueses não conseguiram manter o domínio sobre esses países e conseguiram sobre o Brasil? Qual o fator crucial para garantir a colonização brasileira? Para Querino está mais do que claro que esse fator foi o colono negro.

Querino parte do pressuposto histórico de que a política de saque mercantil e o genocídio português impossibilitaram as relações com os povos ameríndios. Como afirma, “com semelhante modo de colonizar, preferiram, pois, os pobres incolas americanos refugiar-se entre os animais bravios, onde a liberdade fosse o mais valioso apanágio da sua vida errante” (QUERINO, 1918, p. 9). Aqui, Querino toca num ponto crucial para a transição da mão de obra ameríndia para a africana. Como mostra Pedro Puntoni, um dos fatores para a escravidão africana, que se aprofunda no decorrer da Guerra dos Bárbaros,

foi uma nova orientação política do império português levado a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte. Diferentemente do século XVI, quando, em contato com os grupos tupis da costa e no contexto de afirmação do domínio, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou a submissão (PUNTONI, 2002, p. 17).

Após encerrar o primeiro capítulo de sua obra falando sobre essa mudança de orientação da escravidão da população do continente americano para a população do continente negro, Querino inicia o segundo capítulo de seu trabalho abordando a colonização árabe na África e como os povos africanos já dominavam uma gama de tecnologias e saberes essenciais para o desenvolvimento da colonização portuguesa.

Levando-se em conta o grau de cultura atingindo por esses invasores, com eles predicados, não resta a menor dúvida de que foram eles os introdutores dos conhecimentos indispensáveis ao modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas, nas montanhas, vigiando os rebanhos, cultivando os campos, satisfazendo assim às necessidades mais rudimentares da vida. Acrescente-se a essa circunstância, a fundação de feitorias portuguesas em diversos pontos do continente, e, chegar-se-á à conclusão de que o colono preto, ao ser transportado para a América, estava já aparelhado para o trabalho que o esperava aqui, como bom caçador, marinheiro, criador, extractor do sal abundante em algumas regiões, minerador de ferro, pastor, agricultor, mercador de marfim, etc. Ao tempo do tráfico já o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (QUERINO, 1918, pp. 11/12).

Como podemos notar, a visão de Querino sobre o colono africano não é a de um ser primitivo, sem conhecimento, tecnologia, saber ou cultura, mas como um trabalhador qualificado. Foi a colonização e a escravidão que distorceram esse fato sobre a população africana. Aquilo “que Boaventura de Sousa Santos (2010) chamou de ‘epistemicídio’, ou seja, a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos” (GROSFUGUEL, 2016, p. 26). Para Querino, sem o trabalho africano,

diffícil senão impossível era pegar no paiz a colonização com elemento europeu, tanto mais quanto ao iniciar-se esta, afora os serventurios da alta administração, as primeiras levas eram de degredados, de indivíduos viciosos e soldados de presidio.

Foi, portanto, mister importar desde cêdo, o africano e dentro em pouco tempo os navios negreiros despejavam na metropole da America Portuguesa e em outros pontos centenas e centenas de africanos, destinados aos trabalhos da agricultura e a todos os outros misteres. As próprias expedições bandeirantes não lhe dispensavam o concurso, pois que, de quanto podia servir o negro nada se perdia.

A primeira folheta de ouro encontrada na margem do Rio Funil, em Ouro Preto, coube a um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante “Estrella do Sul”. Laborioso como era, muito embora com o corpo seviado pelos açoites do feitor, estava sempre o escravo negro, obediente às suas determinações, com verdadeiro estoicismo.

No fim do século XVII começaram a exploração das minas. O tráfico africano augmentou de intensidade, e as entradas do colono preto, no paiz, foram muito maiores. Cresceu, portanto, a cobiça e o parasitismo tomou o aspecto de uma instituição social, com todo o cortejo de vícios e maldades (QUERINO, 1918, pp. 14/15).

Observamos, lendo os parágrafos acima, que Querino opõe o parasitismo do português com o labor do africano e não incorre no erro, tão comum na historiografia brasileira, de colocar o africano como resiliente, como pode parecer em algumas partes. O colono africano é sempre o sujeito nesse circuito econômico. É ele quem encontra o ouro, o diamante. Afinal, é ele quem trabalha. “pois o reinol acostumara-se a gosar o fructo do trabalho sem sentir-lhe o pezo” (QUERINO, 1918, p. 17).

Contudo, podemos pensar que o colono africano estava acomodado ao regime escravocrata, não se revoltava. Aí, que Querino nos surpreende ainda mais, com o terceiro capítulo, *primeiras ideias de liberdade, o suicídio e a eliminação violenta dos senhorios*. Nessa parte do trabalho, Querino aborda as torturas a que eram submetidos os colonos africanos e a sua revolta tamanha que fazia com que muitos se suicidassem. Em relação aos suicídios, escreve Querino: “Os mais impacientes atiravam-se á correnteza dos rios ou ás aguas revoltas do mar”, alguns “se regosijavam de vir depois da morte, atormentar e matar aquelles que os tinham vendido”, “estrangulamentos voluntarios, as bebidas toxicas e supplicios outros foram os mais promptos recursos de que lançaram mão para extinguir uma existência tão penosa” (QUERINO, 1918, pp. 21/22).

O suicídio dá lugar a rebelião contra os senhores de escravo.

Não vacillaram um instante e puzeram em pratica os envenenamentos, as trucidações barbaras do senhorio, dos feitores e suas familias. Era a vingança a rugir-lhes n’alma; era a repulsa provocada pelos desesperos que lhes inspirava o horror da escravidão. A perversidade de trato contra os escravizados torturava o paciente, e ao espirito lhe acudia a represalia mais extravagante (QUERINO, 1918, p. 22).

E não pararam por aí, cedendo apenas a violência, mas passaram a se organizar politicamente. É isso o que Querino aborda no quarto capítulo, *resistência coletiva, Palmares, levantes parciais*. Aqui, Querino exalta a superioridade de Palmares em relação a outras revoltas na história, como Spartacus, por exemplo. Aborda a diferença entre a escravidão portuguesa e grega.

Os escravos gregos eram instruidos tanto nos jogos publicos, como na literatura, vantagens que o africano escravizado na America não logrou possuir, pois o rigor do captiveiro que não consentia o menor preparo mental, embotava-lhe a intelligencia. Sem embargo, mostrou-se superior ás angústias do soffrimento, e teve gestos memoraveis de revolta buscando organizar sociedade com governo independente. Conhecia as organizações guerreiras e se predispoz para a defeza de sua cidadella de Palmares, e para as incursões opportunas no territorio visinho e inimigo (QUERINO, 1918, pp. 23/24).

Depois da queda da Troia Negra, como Querino chama a guerra contra Palmares, o autor segue falando sobre a luta do povo africano pela sua liberdade. Além das revoltas, *temos as juntas para as alforrias*, tema do quinto capítulo. Nele, Querino escreve sobre Chico-Rei, que a “custa de um trabalho insano, feito nas curtas horas reservadas ao descanso” (QUERINO, 1918, p. 29) pagou sua alforria. Liberto, trabalhou para comprar a alforria de cada membro de sua tribo. Isso era prática comum bem antes das sociedades abolicionistas. Essa caixa de empréstimo, que a história de Chico-Rei se refere, feita pelos africanos para comprarem a sua carta de alforria, é o que se nomeia de junta. Assim, “auxiliavam-se mutuamente, no interesse principal de obterem suas cartas de alforria, e della uzarem como si se encontrassem ainda nos sertões africanos” (QUERINO, 1918, p. 32).

Por fim, no sexto e último capítulo, *o africano na família, seus descendentes notáveis*, além de citar os grandes intelectuais negros que contribuíram para a história brasileira, como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Cruz e Souza, Tobias Barreto, dentre outros, Querino escreve umas das mais belas passagens sobre os africanos e afrodescendentes no Brasil e que deveriam ficar gravadas para que nunca fossem esquecidas. Principalmente para as nossas elites e os setores retrógrados de nossa classe média.

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por seculos e sem desfallecimento, a nobreza e a prosperidade do Brazil; foi com o producto do seu trabalho que tivemos as instituições scientificas, letras, artes, commercio, industria, etc., competindo-lhe, portanto, um logar de destaque, como factor da civilização brasileira.

Quem quer que compulse a nossa historia certificar-se-á do valor e da contribuição do negro na defeza do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento da independência, com as armas na mão, como elemento apreciavel na família, e como o heróe do trabalho em todas as applicações uteis e proveitosas. Fora o braço propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do paiz, na cultura intellectual e nas grandes obras materiaes, pois que, sem o dinheiro que tudo move, não haveria educadores nem educandos: feneriam as aspirações mais brilhantes, dissipar-se-iam as tentativas mais valiosas. Foi com o producto do seu labor que os ricos senhores puderam manter os filhos nas Universidades europeas, e depois nas faculdades de ensino do paiz, instruindo-os, educando-os, donde saíram veneraveis sacerdotes, consummados políticos, notaveis cientistas, emeritos literatos, valorosos militares, e todos quantos, ao depois fizeram do Brazil colônia, o Brazil independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados (QUERINO, 1918, pp. 35/36).

CONCLUSÃO

Em relação a Manuel Querino, escreveu o professor Henrique Cunha Jr., “este personagem foi possivelmente um dos primeiros a analisar e fazer justiça à importância da população de africanos e descendentes na formação histórica do Brasil” (CUNHA JR., 2013, p. 86). Continuando, Cunha Jr. diz que

Querino pensava o africano como colonizador do Brasil e produziu estudos inovadores e desafiadores sobre a cultura e a contribuição africana num período em que não havia interesse dos estudiosos brasileiros sobre o assunto. Numa época na qual os pesquisadores, na sua maioria médicos e etnógrafos, se interessavam apenas pela população indígena, este historiador introduziu estudos sobre a população negra de forma magistral e despoluída do racismo científico vigente à época. Viveu e produziu importantes debates em ambiente cultural pautado por fortíssimas teorias racistas contra negros e descendentes (CUNHA JR., 2013, p. 86).

Mais do que colocar a real importância do colono africano para a colonização do Brasil, a obra de Querino nos traz elementos para pensarmos o lugar da população afrodescendente nos dias de hoje. Em um Brasil onde as taxas de homicídio, de evasão escolar, de violência sexual são maiores entre a população negra do que entre a população branca. Onde, segundo dados do Atlas da Violência 2019, 75% das vítimas de homicídios no Brasil são negras. E isso, essa colonialidade do poder, essa herança colonial e escravocrata, é mostrado de maneira contínua e corriqueira pelo próprio Atlas, como escreve: “a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições” (IPEA, 2019, p. 46).

Nessas circunstâncias, a perspectiva negra de Querino, o seu resgate histórico da importância africana para nossa formação, em tempos de desmontes sociais, tornar-se de suma importância para fazermos frente ao culturalismo racista ainda dominante em nossos livros didáticos e nas nossas universidades.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 11 (mai./ago.). 2013, p. 89-117.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 1, n. 1 (jan./abr.). 2016.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOQUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, nº 2 (jul/dez), 2009, p. 223-234.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.
- GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. In: **Estudos Econômicos**. Nº. 13 (jan./abr.). 1983, p. 7-39.
- GROSGOQUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 1, n. 1 (jan./abr.). 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA), FBSP. Atlas da Violência 2019.
- JÚNIOR, HENRIQUE CUNHA. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Nº. 150 (nov.). 2013.
- MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. In: **Revista Afro-Ásia**, nº 14. 1983. p. 124-136.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.
- QUERINO, Manuel. **O colono preto como factor da civilização brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.